

# Governo não proíbe as multas na (saúde)

TRIBUNA DA IMPRENSA

**PORTO ALEGRE** — O ministro da Previdência Social, Jair Soares, prometeu ontem em Porto Alegre que a situação das empresas multinacionais que atuam na área da saúde no país será definida na próxima semana, durante encontro que manterá com os ministros da Saúde, Waldir Arcoverde, e da Fazenda, Ernane Galvêas, em Brasília. Ele lembrou que pelos contatos já mantidos com o ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, e com o presidente da Federação Nacional dos Médicos Charles Damian observou que “eles acham muito difícil a proibição definitiva da entrada destas empresas no país”. E explicou sua posição, dizendo: “pessoalmente, considero de conveniência a atuação de grupos estrangeiros — desde que com a situação perfeitamente definida — no setor de saúde”.

“Minhas declarações — enfatizou — não podem causar polêmica e tudo que

tenho dito renovo agora: as multinacionais, embora tragam alguns prejuízos na área da Previdência Social, da Saúde, trazem benefícios”. E completou: “se eu fosse amplamente favorável às multinacionais atuarem indiscriminada e desreguladamente, elas já estariam conveniadas com a Previdência”. E concluiu: “mas isto não ocorre e a prova é que, inclusive, nós denunciemos um convênio feito entre a Açominas e uma empresa multinacional”.

O ministro também elogiou a atitude da Secretaria de Saúde e Meio-Ambiente do Rio Grande do Sul, que constatou e proibiu a utilização do DIU — dispositivo intra-uterino — pela BEMFAM, de Porto Alegre, ele lembrou que “o Diu está proibido porque é um método abortivo, o que é vedado pela lei”, e acrescentou que “a Secretaria de Saúde agiu corretamente e dentro de suas atribuições ao fazer cumprir o que dispõe a Lei”.